

COMITÊ DE SOLIDARIEDADE À LUTA PELA TERRA – COMSOLUTE

FUNDADO EM 13 DE DEZEMBRO DE 2023



e-mail: comsolute@proton.me

TODA SOLIDARIEDADE AO COMPANHEIRO JORGE MORENO

Amanhã, 30/07/2024, a 7ª Câmara Cível de Direito Público do Tribunal de Justiça do Maranhão julgará um recurso de apelação contra a decisão da Juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública. Em julho de 2018, essa juíza arquivou uma ação proposta em setembro de 2014, que contestava uma decisão administrativa do Tribunal de Justiça do Maranhão, de julho de 2009, que impôs a Jorge Moreno, então juiz de direito da Comarca de Santa Quitéria do Maranhão, hoje secretário-geral do COMSOLUTE, uma pena de aposentadoria compulsória, sob a falsa acusação de "proselitismo político". Cabe lembrar que "proselitismo político" não existe como definição de conduta proibida aos magistrados, e sim, "exercício de política partidária", o que nunca foi comprovado no processo.

Pouco antes de sua condenação e, certamente, o que a motivou, Jorge Moreno recebeu o Prêmio Nacional de Direitos Humanos por ter encabeçado a campanha de erradicação do subregistro de nascimento em Santa Quitéria. Como resultado dessa campanha, Santa Quitéria se tornou o primeiro município do Brasil onde certificou-se que todos os moradores tinham certidão de nascimento. Por sua afronta às oligarquias regionais que mantinham controle social através do cerceamento desse direito, se organizou contra ele um esdrúxulo processo de aposentadoria compulsória sob uma acusação que ainda hoje não se apresentou provas, com o objetivo claro de utilizar da letargia natural do judiciário para mantê-lo fora de atividade o máximo de tempo o possível.

A 7ª Câmara Cível de Direito Público é composta pelos desembargadores Josemar Lopes dos Santos, Gervásio Protásio dos Santos e a desembargadora Márcia Cristina Coelho Chaves, estando a relatoria a cargo de Gervásio. A representação contra Jorge Moreno que deu origem ao procedimento disciplinar foi feita por Max Barros, membro de uma das oligarquias locais – ex-secretário de Roseana Sarney, se elegeu deputado estadual graças à mão forte do grupo Sarney, contando no Tribunal com o apoio de Nelma Sarney, desembargadora e cunhada de José Sarney.

Recorrendo da decisão do Tribunal do Maranhão ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ), em 2011, este órgão vergonhosamente manteve a pena de Jorge em 2013, sob relatoria de Bruno Dantas (2011-2013), indicado pelo Senado Federal, quando exercia a função de Consultor-Geral da casa legislativa quando José Sarney exercia a presidência do órgão.

Em 2014, dentro do prazo previsto, Jorge Moreno entrou com uma Ação Ordinária para anular esse ato ilegal, apontando uma série de nulidades flagrantes no processo administrativo. O Estado do Maranhão, ao invés de defender a justiça, optou por sustentar a legalidade de um ato claramente viciado, alegando que o processo administrativo respeitou o contraditório e a ampla defesa.

A juíza da 1ª Vara da Fazenda Pública decidiu extinguir o processo sem julgar o mérito, alegando incompetência para anular a decisão do Tribunal de Justiça, atribuindo essa competência exclusivamente ao CNJ. Esse entendimento afronta a Constituição, a jurisprudência dos Tribunais brasileiros e, em especial, do Supremo Tribunal Federal, que reconhece a competência judicial para revisar atos administrativos, inclusive penalidades aplicadas contra magistrados em processos administrativos disciplinares.

Após mais de 10 anos, o processo de Jorge Moreno ainda está atolado na discussão sobre a competência judicial para anular ato administrativo, no caso a decisão do TJMA, alegação sequer contestada pelo Estado do Maranhão.

Esse processo arrasta-se num ciclo interminável de recursos e procedimentos, uma demonstração clara da lentidão e ineficiência do sistema judicial brasileiro. Se a decisão da juíza for mantida, tem-se pela frente mais anos de recursos, inclusive ao STJ e ao STF. Se for cassada, surgirão novos empecilhos, como a alegação de prejuízo a promovidos nos últimos dez anos, prolongando ainda mais a injustiça.

Mas um fato é certo: se a decisão for mantida, abre-se um perigoso precedente onde todos os servidores públicos podem recorrer das penas administrativas contra si impostas, menos os juízes de direito do Estado do Maranhão, podendo o Tribunal, com plenos poderes, fazer o que bem entender.

Essa é a velha dinâmica de um sistema que perpetua a ilegalidade e serve às oligarquias do Estado, um cenário desolador onde a justiça é continuamente adiada. O COMSOLUTE manifesta-se expressamente em defesa do companheiro Jorge Moreno e convoca todos seus apoiadores a fazer o mesmo, entendendo que é a praxe do estado brasileiro atacar cirurgicamente os mais ativos defensores dos direitos do povo como forma de "abrir caminho" para ataques mais violentos a estes direitos.

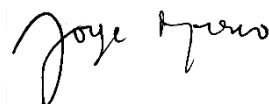
Toda solidariedade ao companheiro Jorge Moreno!

Contra as arbitrariedades do judiciário, defender quem defende o povo!

29 de julho de 2024



Luiz Vila Nova
Presidente



Jorge Moreno
Secretário Geral
OAB/MA 4.520